

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

“Um povo moderno se caracteriza pela sua dedicação a esses serviços essenciais de civilização e progresso”: Anísio Teixeira e a seleção de livros didáticos para modernizar a educação

Cristina Ferreira de Assis
Doutoranda em Educação
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
cristinaferreiraassis@yahoo.com.br

Introdução

A presente proposta é parte de uma pesquisa em desenvolvimento que objetiva evidenciar os aspectos civilizacionais na produção e difusão de manuais e livros didáticos na modernidade. Para isso, compreende-se enquanto modernidade o período de formação e consolidação dos Estados nacionais, especialmente a partir do século XIX, quando modos de vida produzidos que nos desvencilharam de uma ordem social tradicional, assim como a crença na suposta formação de uma ordem social mais feliz e segura (GIDDENS, 1991). Consideramos que nesse processo os livros didáticos, especialmente de História, ocupam lugar entre as transferências culturais operadas de setores sociais, políticos e culturais, em direção à escola e na construção do que compreendemos por culturas escolares (JULIA, 2001). Nesse sentido, eles ultrapassam a transposição didática de conteúdos, como assinala Chervel (1990) e se situam no âmbito das transferências culturais da escola em direção aos setores da sociedade, em sua forma e em conteúdo.

No contexto brasileiro onde nossa pesquisa se desenvolve, especificamente no cenário baiano da década de 1920, objetiva-se investigar as narrativas de dois livros didáticos de História acerca de aspectos como a cortesia, a afabilidade, a moralidade e a polidez, enquanto sinônimos para a civilidade. Deste modo, indagamos se essas concepções foram utilizadas na formalização das práticas sociais e culturais direcionadas aos professores e alunos no contexto da reforma do ensino primário de Góes Calmon, em 1925. Compreende-se o livro didático enquanto fonte e objeto desta pesquisa e artefato da cultura material escolar sob as perspectivas de Dominique Julia (2001) e de Alain Choppin (2009) à luz da História da Educação no diálogo com a História Cultural.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

Nesse campo de pesquisa, já se consolidaram outras pesquisas acerca dos modos de civilizar a partir deste gênero literário, tais como de Bittencourt (1993), Boto (2004), Pina (2009), Moreira (2011), dentre outras. Por isso, a contribuição desse estudo, em especial, se direciona ao contexto baiano, aonde foram prescritos e difundidos os livros *Nossa pátria*, escrito por Rocha Pombo em 1917, e *História da Bahia*, escrito por Pedro Calmon em 1927. Ao se apropriar dos excertos nos livros, pretende-se entrever sua articulação ao período de modernização da educação baiana empreendido pelas iniciativas de Anísio Teixeira utilizando-se para isso o entrecruzamento entre os livros e o programa de ensino de 1925.

Dito isso, o trabalho a seguir se debruça a apresentar inicialmente as produções brasileiras envolvendo livros didáticos no âmbito da História da Educação e, em seguida, apresentam-se os principais acervos dentro e fora do Brasil que tratam desse gênero literário. Por fim, elucidam-se reflexões para pensar no modo como os livros foram utilizados como uma estratégia de difusão de valores civilizatórios, assim como na formulação de práticas culturais para instruir professores e alunos. Na perspectiva metodológica da História Cultural, o conceito de apropriação, segundo Chartier (2002), será utilizado na leitura dos livros objetivando-se ressaltar sua importância como estratégia de difusão de modelos e ideais pedagógicos, analisando também as práticas de apropriação a que tais objetos culturais estiveram sujeitos.

Contexto nacional e internacional da pesquisa sobre livros didáticos enquanto objeto e fonte

Ao iniciar o debate definindo o lugar dos livros didáticos na história do livro e da edição escolar, precisamos compreendê-los mediante aos seus múltiplos significados, além ser um objeto variável e instável no tempo e nos lugares aonde vêm sendo utilizados. Seguindo na perspectiva de Choppin (2009), compreendemos que suas terminologias variam conforme uma variedade de aspectos, como a finalidade dos livros, seu destino, o léxico, seus conteúdos e funções. Por isso, também há variedades de metodologias e técnicas em suas análises que se alteram conforme o campo de pesquisa. Todavia, no decurso deste estudo em diálogo com a História Cultural,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

consideraremos o livro em sua função didática, isto é, “o livro que serve para ensinar” (p. 21). Deste modo, ressaltamos que os termos “manuais” ou “livros escolares” não configuram mudança de sentido ao longo dessa discussão. Admitindo, entretanto, a incapacidade de esgotamento da exploração dessa temática, destacamos a emergência de grupos, núcleos e centros de pesquisa responsáveis por possibilitar o desenvolvimento das investigações.

A princípio, requer o devido destaque o trabalho iniciado pelo historiador Georg Eckert, da cidade alemã de Braunschweig, que faria a campanha pela comunicação e compreensão internacional por meio da cooperação em livros didáticos e ensino de história¹. Após sua morte, em 1974, o Georg Eckert Institute for International Textbook Research vêm realizando pesquisas compreendendo os livros enquanto partes de controvérsias políticas e reunindo estudos de diferentes países.

A transição entre as décadas de 1970 e 1980 é relevante para os estudos envolvendo livros didáticos, haja vista que até então as pesquisas internacionais se dedicavam “quase que exclusivamente sobre seus conteúdos”² com uma tendência ao confronto entre as produções nacionais já que os estudos sobre as produções escolares eram bilaterais. Assim, ao final da década de 1970, houve uma “tomada de consciência” manifestada por produções simultâneas destacando a importância do livro escolar como fonte para os historiadores da educação, mas também para os próprios historiadores do livro, como: “Hilde Coeckelberghs na Bélgica; Rainer Riemenschneider na Alemanha; G. H. Harper na Grã-Bretanha; Colin Mc George na Nova Zelândia; e eu mesmo, Alain Choppin, na França”³.

Dentre esses, um dos autores mais citados entre os trabalhos sobre livros escolares, Choppin, criou o Emmanuelle, um programa de pesquisa coordenado pelo próprio historiador, em 1980, reunindo uma vasta bibliografia sobre livros escolares franceses desde 1789 e ligado ao Institut National de Recherche Pédagogique da França (INRP). Já na década de 1990 surgiu a Associação para Pesquisa em Livros Didáticos e

¹ Após a Primeira Guerra Mundial, atenuados os nacionalismos, os livros didáticos seriam revistos pela Liga das Nações, haja vista que a formação do conceito de inimigo nos livros estaria se tornando clara, além de prejudicial (GEORG ECKERT, 2021).

² CHOPPIN, 2020, p. 07.

³ Ibidem, p. 11.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

Mídia Educacional ou International Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM), que desde 1991 organiza conferências internacionais e está vinculada ao Departamento de Línguas e Estudos Literários da Universidade do Sudeste da Noruega (USN). Ainda em 1992 é criado o Centro de Investigación MANES buscando estudar manuais escolares produzidos em Portugal, Espanha e na América Latina entre os séculos XIX e XX. Já nos anos de 2006 foi criado o Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) vinculado a Universidade de Valladolid, Burgos e Salamanca, também na Espanha, presidido pelo professor Agustín Escolano Benito.

No Brasil, a influência desses acervos, assim como de seus pesquisadores, vincula-se ao desenvolvimento do projeto “Educação e Memória: Organização de Acervos de Livros Didáticos”, sob a coordenação da professora Circe Bittencourt, desde 2004. O projeto contou com o apoio internacional da rede Emmanuelle desdobrando-se ainda na organização da Biblioteca do Livro Didático (BLD) e do banco de dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES) na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Também na USP cabe ressaltar o relevante papel do acervo organizado pelo Laboratório de Ensino e Material didático (LEMAD), fundado em 2008, atualmente coordenado pela professora Antonia Terra de Calazans Fernandes. Através desses espaços⁴, alguns oferecendo possibilidades de consultas virtuais, podem ser consultados livros para alunos e professores, obras de referência e demais artefatos didáticos que venham a auxiliar o trabalho de historiadores da educação e daqueles interessados pelo ensino de História.

Com a ampliação de suas possibilidades, as pesquisas envolvendo livros didáticos no Brasil vêm se apresentando frutíferas na diversidade de objetivos e na utilização de técnicas metodológicas. Podemos mencionar a tese de Bittencourt (1993) que tratou sobre o livro didático e o conhecimento histórico; o trabalho de Pina (2009) que abordou o modo como a escravidão foi retratada nos livros de História de três

⁴Para o levantamento do corpus da pesquisa originária desse estudo, destacamos o repositório digital Tatu da Universidade Federal do Pampa que surgiu em 2015 com o objetivo de disponibilizar impressos pedagógicos. Desde 2018, a proposta do acervo foi ampliada, passando a disponibilizar versões digitais de outros acervos. Assim, no repositório, é possível encontrar cartilhas, revistas pedagógicas, livretos e demais materiais didáticos que possam auxiliar historiadores da educação ou pesquisadores interessados pelo ensino de História.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

diferentes autores; a tese de Duarte (2015) que promoveu uma análise das ideologias civilizatórias presentes nos livros didáticos através da análise do discurso; a tese de Alcanfor (2016) que analisou a circulação dos livros no processo de alfabetização primária e muitas outras propostas que vêm se desenvolvendo além do campo da História da Educação. O que significa dizer que há uma multiplicidade de técnicas utilizadas, bem como de objetivos que vão além da análise do conteúdo dos livros.

Todavia, os livros didáticos permanecem sendo compreendidos enquanto expressão do Estado e das lutas políticas travadas em torno dele em prol da imposição de representações sociais em determinada época. Em suas narrativas, estão presentes “concepções pedagógicas, maneiras de escolarizar saberes [...] e modos de conceber, pelo Estado, a formação ideológica da criança, bem como dos processos pelos quais a escola constrói sua cultura, seus saberes, suas práticas” (GALVÃO; BATISTA, 2008, p. 166). Desde o século XIX, os manuais ou livros didáticos vêm sendo utilizados como instrumentos que condicionam uma forma de organização da cultura escolar. Deste modo, a leitura a seguir apresenta as análises iniciais de duas obras didáticas selecionadas no contexto de reforma, bem como de um conjunto de iniciativas que visaram reformar o ensino primário da Bahia.

Os livros didáticos de História selecionados na Reforma de Góes Calmon (1925)

Objetivando situar nossa busca pelos livros didáticos de História utilizados na Bahia, assim como pelos instrumentos regulatórios que os prescreveram, recorreremos aos acervos digitais, como: a Biblioteca virtual Anísio Teixeira e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Nestas buscas, foram utilizados os seguintes descritores: “Anísio Teixeira”, “ensino primário”, “livros didáticos” e “escola nova”, respeitando-se as balizas cronológicas entre os anos de 1920 e 1940. Já no rastro dos livros didáticos, foram encontrados repositórios virtuais⁵

⁵ Repositório Tatu da Unipampa, o repositório institucional de impressos e manuais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o acervo digital da biblioteca da Câmara e do Senado a partir da Coleção Biblioteca Básica Brasileira e o Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) da Universidade de São Paulo (USP).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

contendo uma série de materiais didáticos digitalizados utilizados entre os séculos XIX e XX. Contudo, na busca pelas produções de Rocha Pombo e de Pedro Calmon, as edições das obras *Nossa Pátria* de 1917, assim como de *História da Bahia* de 1927 foram encontradas por meio do acervo digital de sebos Estante Virtual. A seleção das obras possui uma razão principal: as indicações de Anísio Teixeira expressas em dois documentos relevantes para a instrução pública baiana. Um deles é a lista de materiais didáticos distribuídos na Bahia durante o ano de 1927 e o segundo remete-se ao programa de ensino primário divulgado pela “Diretoria Geral de Instrução” em 1925, órgão que substituiu a antiga Inspeção Geral do Ensino sob a gestão de Anísio Teixeira (NUNES, 2010, p. 121).

No processo de renovação do ensino primário da Bahia, a modernização da escolarização, aos olhos de Anísio Teixeira, demandava suscitar a valorização do brasileiro criando-lhe “razões de adaptação profunda ao solo e a vida nacionais” (TEIXEIRA, 1928, n.p). Para isso, a superação do analfabetismo implicava na adoção de uma nova forma de organização social, política e econômica, cujas mudanças venceriam o analfabetismo e colocariam o estado da Bahia nos rumos para o progresso. Mas, o intelectual baiano almejava ir além dos alcances de uma reforma, alegando que ela seria inexpressiva perante as mudanças adotadas. Nesse sentido, tratou ainda de renovar o ideário educacional por meio da divulgação e implantação de novas formas de ensinar na escola, no que afirmou serem métodos inovadores, alegando que a educação deveria ser uma obra sólida “apesar do espírito dinâmico que a deve possuir, deve ser ao mesmo tempo em que de progresso, uma obra de conservação e de preservação” (TEIXEIRA, 1928, n.p).

Deste modo, mediante a adoção dos livros de Rocha Pombo e de Pedro Calmon no contexto da reforma do ensino primário da Bahia, a categoria de apropriação nos permite pensar nos livros enquanto “bens culturais” dotados de sentidos por Anísio Teixeira a partir de sua prescrição de suas interpretações (CHARTIER, 2002, p. 46). Isto é, os saberes e as concepções de civilidade e de civilização propostas nos livros possivelmente ganharam significados e novas representações a partir da formalização das práticas instituídas por Teixeira, mas também o auxiliaram a “disciplinar os corpos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

e as práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos” (CHARTIER, 2002, p. 60). Em outras palavras, o diálogo promovido com a categoria de apropriação nos ajuda a questionar se os livros foram indicados no intuito de modelar condutas e pensamentos de alunos e professores, ainda que fossem dispositivos materiais podendo ser interpretados de inúmeras formas e assumindo múltiplos significados. Naturalmente, reconhecemos que os textos apreendidos enquanto objetos têm um limitado poder de aculturação, haja vista que suas leituras se destoam da intenção dos autores, assim como das editoras. Entretanto, os fragmentos e lacunas entre a publicação e a difusão desses textos são os elementos que nos permitem questionar os desvios e reinterpretar seus sentidos.

Analisado sobre a perspectiva de Choppin (2009), reiteramos que o livro não é um produto fixo, imutável, haja vista que sua “existência, funções, forma, seus usos dependem de múltiplos fatores nos quais os contextos, geográfico, histórico e cultural têm, apesar de outros, um papel determinante” (p. 67). Amparada nos pressupostos da História Cultural, a análise desses materiais didáticos se ampara em sua produção e difusão. Significa dizer que na pesquisa originária desse trabalho, consideramos as obras em sua totalidade, isto é, indo além de seus conteúdos propriamente a partir da narrativa histórica. Assim, interessam a este estudo, em especial, destacar suas funções: ideológica e cultural, e referencial, dentre as demais listadas por Choppin (2004, p. 553) especificamente na década de 1920 na Bahia. Para esse estudo, entretanto, ao nos debruçar sobre os livros didáticos de História, publicados em São Paulo, pela editora Melhoramentos, foram priorizadas as análises de sua introdução e prefácio, assim como a linguagem utilizada em direção aos alunos e professores, objetivando-se destacar as instruções e orientações que contemplassem valores patrióticos e concepções de civilização.

Embora as concepções sobre civilidade fossem identificadas em vários aspectos do programa, seu objetivo geral visava exercitar “noções de literatura e história pátria” (BAHIA, 1925, p. 190) no que tange ao ensino de Noções de História do Brasil e da Bahia. Aos professores, normalistas, determinou-se que “evitará exigir datas [...] Esforçar-se-á por associar às narrações a apreciação das gravuras dos livros, fazendo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

destes e dos retratos, pontos de referência para a aprendizagem das datas” para os alunos do 1º e 2º anos (TEIXEIRA, 1928, n.p). Fazendo uma alusão ao uso de imagens presentes nos livros, Teixeira recorre ao uso da linguagem imagética ou iconográfica que, neste caso, nos permite pensar nas representações dos grandes homens referenciados nas narrativas de história do Brasil das primeiras décadas republicanas. Tecendo um diálogo com Brito (2009, p. 191), a visualidade dessas imagens vincula-se a processos de “produção e transmissão específicos que atuando em contínuas inter-relações direcionadas a determinados públicos, possibilitam múltiplas percepções”. Ou seja, nessas imagens apresentadas às crianças do ensino primário, há uma transmissão simbólica de valores, crenças e modos de ser.

Outra informação que nos pareceu contraditória, embora possibilite muitas reflexões, é a recomendação da não utilização dos livros didáticos nestes dois primeiros momentos da educação primária por parte do aluno. Em recomendação expressa, o diretor baiano assinalava que

No primeiro e segundo ano os alunos não usarão livros de Historia: o professor fará o ensino por meio de palestras, dizendo claramente as datas, que não exigirá e que serão lembradas por alguns alunos. Mostrará as gravuras do livro, fazendo rápida biografia dos nossos grandes homens, á vista do retrato isolado de cada um (TEIXEIRA, 1925, n.p).

Nesse sentido, é possível questionar as finalidades do ensino de História do Brasil e da Bahia, assim como o uso do livro didático pelo aluno, ao ganharem ênfase ao passo em que esses alunos, em menor número, se aproximavam da passagem para o ensino secundário onde então seriam preparados aos cursos superiores. O que se observa na alusão aos 1º e 2º anos é a adoção de uma síntese histórica destacando-se também as personalidades políticas atentando-se para o fato de que estas eram as etapas escolares onde se concentravam o maior número de alunos ao passo em que na transição para o 3º e deste para o 4º havia uma grande queda nesse número de alunos. Significa dizer que essa formação histórica está muito aquém de formar uma sociedade baiana alfabetizada e civilizada, haja vista que grande parte dos alunos em idade escolar neste período não ocupavam espaços nas carteiras escolares. Já nas classes de 3º e 4º anos, as práticas recomendadas de acordo com o programa de ensino incluíam

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

[...] uma orientação crítica, apresentando os quadros da vida social e econômica e mostrando a civilização que foi adquirida pelo país. Nas localidades menos civilizadas o professor mostrará que antigamente todos os lugares do Brasil eram atrasados, mas que hoje ele possui cidades de grande luxo e cultura. Onde não houver estrada de ferro, lembrará quanto tempo se gastava antigamente para ir do Rio a São Paulo, fazendo-se hoje a viagem em 10 horas. [...] O professor mostrará que o futuro do país será de grande prosperidade e força, dependendo tudo da unidade nacional que devemos manter com todas as nossas energias (TEIXEIRA, 1925, n.p).

A concepção do “não-civilizado” inerente revela o distanciamento perante aqueles que não se adequaram ao que se convencionou chamar de civilizado, termo que notadamente alude à vida e à cultura urbana. Desse modo, pressupõe-se que haja uma condição, um requisito para alcançar a civilização que se dará, por exemplo, a partir do desenvolvimento urbano e da unificação do país, numa clara alusão aos aspectos nacionalistas em voga, ainda que divergentes, entre 1920 e 1930. Por sua vez, o ensino disciplinar de História, ainda que anterior à consolidação da profissionalização docente, vincula-se ao estabelecimento de posições e sentimentos em relação à sociedade e a comunidade onde se está inserido. Para isso, Teixeira enfatizara um ensino a partir das imagens dos grandes fatos, dos personagens míticos e dos valores que induzissem o amor ao país e, respectivamente, a produção de uma referência coletiva.

A princípio, podemos afirmar que os livros *Nossa Pátria* de Rocha Pombo e *História da Bahia* de Pedro Calmon se enquadravam nos critérios estipulados no programa de 1925, haja vista que se destinavam a faixa etária dos alunos do ensino primário e foram autorizados pelo governo do estado da Bahia. A disciplina de História no programa exercia na cultura geral do educando, um papel importante como ciência que pressupunha uma coordenação do raciocínio e “certo desembaraço intelectual” (TEIXEIRA, 1928, n.p). Deste modo, reiterando a impossibilidade em adentrar na história da leitura, ou seja, nos usos destas obras para os alunos do ensino primário, compreendo a partir da leitura dos livros que sua adoção possa ter auxiliado no conjunto de medidas e ideais que Anísio Teixeira promoveu na reforma e na modernização da instrução pública primária.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

Diante da crítica aos arcaicos “métodos mnemotécnicos”, que segundo Teixeira (1928, n.p) parecia “apenas depender de boa memória”, a narrativa de Pedro Calmon se apresentara como um

Conjunto orgânico [...]. Animou-se essa sólida e velha harmonia sociopolítica. A estatística acompanha a dissertação, ilustra-a, completa-a. E o historiógrafo não deixa ao leitor o trabalho das induções, porque não prescindiu delas para o vasto tecido tegumentar, que consolida e mantém aquela sugestiva unidade (CALMON, 1927, p. 05).

Talvez se justificasse assim a determinação de Calmon e referenciar a utilização de suas 117 gravuras de personagens, incluindo-se personalidades de reconhecimento regional e nacional, dos 31 quadros e vistas, dos 20 monumentos e edifícios, onde podem ser encontrados o monumento de 02 de julho, o Ginásio e a Escola Agrícola de São Bento das lajes, dos 21 templos religiosos, sendo todos católicos em Cachoeira, Santo Amaro e em Salvador, e dos 09 mapas e plantas do Rio de Janeiro e da Bahia. Estabelecendo suas referências através da documentação supramencionada, indagamos se Calmon estaria escrevendo em contraposição aos seus pares ao objetivar tornar seu livro uma referência documental para o estado da Bahia. Para tecer essas considerações, seguimos na direção de Choppin (2009, p. 70) compreendendo as intenções manifestadas pelo autor ou editor na apresentação sistemática dos conteúdos em conformidade com a regulamentação que os prescreve, assim como pela intervenção do Estado, pela hierarquização ou exclusão dos saberes e “dos valores e/ou da autorização explícita ou implícita definida após a publicação da obra”.

Na transição para o XX, tanto em Portugal quanto no Brasil, houve uma tendência em se produzir livros escolares com o intuito de estruturar o projeto de nacionalização necessário à “escola pátria” (BOTO, 2019, p. 03). Afinal, a escola não apenas ensinaria a ler e escrever, como também ensinaria uma forma, um modo como se deveria proceder a leitura. Por isso, o bom comportamento, assim como as prescrições de regras e valores, também podem ser encontradas por meio de literaturas seletas que farão parte do que Boto (2019, p. 09) chamou de “rituais de escolarização”. Na análise de *Leituras manuscritas*, texto provavelmente datado do início do século XX, um trecho remete-se a cuidar da caligrafia, da boa educação e da civilidade: “em nossas relações

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

tanto familiares como sociais, devemos procurar sempre aquilo que for agradável às pessoas com quem tratamos e evitar tudo aquilo que possa ser desagradável” (BOTO, 2019, p. 11). Segundo a autora, o exemplo indica claramente a existência de maneiras subliminares de produzir no estudante atitudes de respeito e de obediência aos ritos escolares.

Nesse sentido, indagamos se os sentidos de obediência em prol do bem comum se equivalem às condutas que as crianças do povo deveriam conhecer para a convivência pacífica entre os homens. A esse respeito, Teixeira se dirigia aos professores apontando que deveriam “firmar no espírito da criança as idéias de disciplina, ordem, auctoridade de governo e direito de cada cidadão” (TEIXEIRA, 1925, n,p). Somando-se ao contexto da década de 1920, o patriotismo alimentado em cada cidadão, fomentado a partir da busca pela unidade e pela ordem, precisava ser amplamente difundido para alcançar a harmonia entre o povo brasileiro.

Decerto que devemos estimar todos os homens. O nosso semelhante, qualquer que seja o seu país e a sua raça, é sempre um ente sagrado. Tudo na vida nos diz muito claro que todos os homens são irmãos, e como tais devem entender-se e cooperar entre si (ROCHA POMBO, 1917, p. 09).

Deste modo, o livro didático *Nossa Pátria* de Rocha Pombo se referia a “conhecida e amada existência moral de nossa gente” vislumbrando despertar nos alunos não apenas a capacidade de se colocarem na História, como ainda, o espírito de união imbricado no papel de defendê-la, referindo-se a terra brasileira. Reconhecendo-se ainda o reduzido número de alunos em idade escolar matriculados, nos questionamos se o desafio de alimentar o sentimento de unidade em prol da formação nacional também não fosse um instrumento para selecionar quem seriam aqueles aptos a serem considerados cidadãos.

Assim como o sentimento de unidade faz parte do discurso de Anísio Teixeira, esse ideal parece ser retomado por Rocha Pombo ao mencionar que

entre os homens, os que mais estimamos são aqueles que mais junto de nós encontram, com os quais convivemos e que trabalham conosco, são os que falam a mesma língua que falamos, os que têm a mesma religião que nós temos, que veneram os mesmos antepassados que veneramos. A eles estamos unidos pelos mesmos laços morais (ROCHA POMBO, 1917, p. 10).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

Suscitamos a partir das leituras desses excertos que os termos “nossa gente”, assim como a ideia de unidade e harmonia perpassavam o imaginário de Rocha Pombo acerca das concepções de civilidade, ainda que ela não estivesse apontada diretamente. Partimos do pressuposto que se comportar como um civil para o autor estava ligado aos sinônimos de harmonia, cordialidade e polidez, como demonstram suas palavras

[...] a civilidade bem entendida deve reinar em toda parte, mesmo em família, pois sem ela nos tornaríamos desagradáveis até aos nossos mais próximos. A **urbanidade é a civilidade** de bom tom, a que se usa nos grandes centros urbanos. – **Polidez** e urbanidade confundem-se no fundo. – Polidez é a civilidade das pessoas de fino trato, que obram e se exprimem nobremente, com facilidade, finura e delicadeza. Basta conhecer certas regras e observar certas práticas para ser tido como homem **civil** [...] (POMBO, 2011, p. 118-120, *grifo do autor*).

O trecho é parte do Dicionário de sinônimos, elaborado por Rocha Pombo em 1914, sugerindo que a concepção de civilidade não precisava ser esmiuçada a partir do próprio conceito, mas sob uma diversidade de outros aspectos que, juntos, compactuavam para a vivência entre os indivíduos com destaque para o meio urbano. Deste modo, retomamos a leitura do excerto em que Teixeira mencionara os lugares “menos civilizados” e atrasados em contraposição às cidades onde já se encontrava “luxo e cultura”.

Se em outras edições didáticas publicadas por Rocha Pombo, a história brasileira começara narrada a partir do “descobrimento”, em *Nossa Pátria*, os valores nacionais a despertarem o espírito civilizatório foram acompanhados, desde o primeiro momento, por grandes nomes. Por isso, a representação de José Bonifácio ganha o sentido que se deseja destacar como aquele que “à frente do povo” e que “tomou a causa da pátria” (POMBO, 1917, p. 13). Diferentemente dos demais livros publicados pelo autor, três elementos são destacados como fundamentais para a consolidação da pátria brasileira: “a nossa pátria”, “a nossa bandeira” e “a nossa independência” (POMBO, 1917, p. 07). Distanciando-se dos modelos em que a narrativa histórica atendia a uma ordem cronológica dos fatos históricos, na edição analisada, o patriotismo e os valores civilizatórios assumem posição de relevância desde o primeiro momento no livro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

Embora tivesse críticas ao trabalho realizado por seu contemporâneo Rocha Pombo, a abordagem de Pedro Calmon também privilegiara os grandes heróis: “escolhei, portanto, de cada personagem, o que melhor lhe distinga a influência histórica” (CALMON, 1927, p. 4). Ao que parece, tal escolha não era por acaso, mas, buscava estabelecer entre os personagens e o Estado brasileiro as relações que estes desempenharam enquanto partícipes da “harmonia social” do país. Nesse sentido, pretendia inserir, por meio de sua narrativa, uma estratégia para fazer florescer o pertencimento à ordem nacional, ou seja, no sentido da conquista da aspirada civilização

ao escrevermos essa obrinha tivemos sempre em mente que a adolescentes a destinávamos: por isso, a par da exposição de acontecimentos, há a insinuação do civismo [...]. E o que mais é: apreciará as relações frequentes entre as duas histórias: a do país e a do Estado, e terá compreendido o papel desempenhado pela Bahia na harmonia social brasileira (CALMON, 1927, p. 03).

As informações apresentadas, ora por Rocha Pombo, ora por Pedro Calmon, são os elementos iniciais a demonstrarem as representações de suas concepções de civilização. Identificadas na introdução das narrativas, sinalizavam para os leitores a abordagem histórica a ser assumida pelos autores. Não por outra razão que os adjetivos de “pátria”, “torrão”, “moral” e outros sinônimos sugerem a devoção à nação, a valorização da terra e da harmonia social. Tal receituário é também uma prática prescrita no programa do ensino primário, no qual Anísio Teixeira atribuía enquanto dever do professor da disciplina de Moral e Cívica os fundamentos das concepções de uma educação patriota “baseada na família” e que “a vida e a propriedade do cidadão não teriam segurança se não existisse a Pátria pelos seus órgãos de governo e administração” (TEIXEIRA, 1925, n.p).

Deste modo, os indicadores das concepções de civilidade nas falas de Teixeira justificam as iniciativas inovadoras em prol da formação da ideia que “um povo moderno se caracteriza pela sua dedicação a esses serviços essenciais de civilização e progresso” (TEIXEIRA, 1928, n.p). Não é nossa pretensão afirmar que os sentidos e concepções sobre civilidade e civilização são partilhados entre os autores dos livros e Anísio Teixeira, assim como também não significa dizer que suas apropriações foram

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

compartilhadas do mesmo modo por parte do alunado e do professorado baiano. Reiteramos, inclusive, que a profissionalização docente ainda não está consolidada e que é relevante dar destaque ao modo como professores normalistas foram instruídos sobre o modo como ensinar História segundo o programa de 1925.

O que se pode entrever é que no período em questão o estado da Bahia possuía, ao todo, 79.884 alunos, sendo a escolarização ofertada a apenas 20,54% de sua população em idade escolar (TEIXEIRA, 1928, n.p). Na escolarização primária, entretanto, esse número era ainda mais reduzido ao passo em que entre os anos de 1926 e 1927 foram adquiridos 4.456 exemplares do livro *Nossa Pátria* e 966 da edição de *História da Bahia*, destinados aos 2.277 alunos aprovados entre o primeiro ano e o segundo ano do curso primário, embora apenas 751 chegassem ao quarto ano em 1927. Além da precarização do acesso à escolarização, a permanência dos alunos no decurso do ensino primário é ainda mais reduzida se comparada aos diplomados que juntos somavam apenas 529 alunos (TEIXEIRA, 1928, n.p). Ainda que esses dados não sejam suficientes para afirmarmos como se organizara a distribuição e a leitura dos livros didáticos, podemos assegurar as indicações expressas sobre sua utilização, assim como sobre as finalidades do ensino de História.

Considerações gerais

Neste estudo, objetivou-se demonstrar como os livros didáticos se constituíram em um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Ao ser um instrumento privilegiado de construção identitária, ele pode ser reconhecido, assim como a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Deste modo, essa função, em especial, tende a assumir a condição de aculturar e, em certos casos, a doutrinar as jovens gerações, de maneira explícita ou implícita, mas não menos eficaz.

As prescrições dos livros didáticos de Rocha Pombo e de Pedro Calmon, ao lado das recomendações expressas para o ensino de História do Brasil e da Bahia no contexto da Reforma Góes Calmon, em 1925, atribuíram sentidos as práticas culturais produzidas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

que deveriam se tornar populares entre alunos e professores. Há muito que ser debatido sobre o modo como essas obras foram recepcionadas por alunos e professores normalistas, assim como há modos de leitura e de usos desses materiais didáticos que não serão contempladas neste trabalho, seja em virtude da inacessibilidade desses materiais, seja porque esse tipo de registro de professores e alunos dificilmente encontra-se organizado nos arquivos escolares.

Contudo, dentre as reflexões suscitadas através desse estudo, convidamos leitores e pesquisadores a indagarem sobre o papel do ensino de História nesse período e das particularidades locais em torno dessa temática que não pode ser entendida como homogênea, ainda que se trate da relação entre o ensino de História e as literaturas civilizatórias. Seria possível pensar em uma efetiva difusão ideológica dos valores civilizatórios e patrióticos ao reduzido número de alunos apresentado? Considerando-se as frentes de combate ao analfabetismo, teria sido plausível instruir, disciplinar e civilizar através dos livros? Não é nosso intuito destituir a escrita da História das primeiras décadas republicanas de sua ação política. Contudo, a instrução de crianças, assim como a disciplinarização desses corpos através dos ritos escolares não pode ser considerado um processo pacífico e livre de tensões e disputas.

Notadamente, houve um esforço da Diretoria Geral de Instrução da Bahia em implementar medidas reformistas, incluindo-se a adoção e os modos de usos dos livros didáticos, indicando assim diferentes propostas de formação de sujeitos, não apenas alunos, como professores. Essa diferença ganha sentido se compararmos o modo como alunos do 1º e 2º anos foram instruídos em formatos desiguais aos do 3º e 4º anos no que tange ao manuseio dos livros de História. Entretanto, o empenho em ampliar o público das escolas para as quais esses projetos reformadores foram pensados, bem como as iniciativas de formação da nacionalidade, nos coloca a reflexão sobre um ensino de História considerado tradicional, dedicado às iniciativas modernas aos espaços em que tão poucos tiveram acesso.

Referências

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

BAHIA. [Lei (1925)]. Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. Reforma a Instrução Pública do Estado. **Imprensa Oficial do Estado**. Salvador: 1925.

BOTO, Carlota. Rascunhos da história da leitura escolar: entre Portugal e Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100314> acesso em 22 de janeiro de 2021.

BRITO, Gilmário Moreira. **Culturas e Linguagens em Folhetos Religiosos do Nordeste: inter-relações, escritura, oralidade, gestualidade, visualidade**. São Paulo: Annablume, 2009.

CALMON, Pedro. **História da Bahia**. 2ª ed. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1928 [1927].

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, 2, 1990.

CHOPPIN, Alain. Contexto científico da pesquisa sobre a edição escolar local, nacional e mundial. **Educação e Pesquisa** [online], 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022020460100301> . Acesso em 09 de agosto de 2021.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.30, n.3, 2004. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012> Acesso em 06 de maio de 2021.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>> Acesso em 06 de maio de 2021.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: FONSECA, Thais Nívea de Lima e.; VEIGA, GREIVE, Cynthia. **História e historiografia da educação no Brasil**. 1ª Ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GEORG ECKERT. History. **Institute for International Textbook Research**. Braunschweig, Germany, 2021.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: < <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>> Acesso em 06 de maio de 2021.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em história da educação. **Educação e Fronteiras**. Dourados/MS,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

v.2, n.4, p.129-142, jan/abr. 2012. Disponível em: <
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1562>> Acesso em 06 de maio de 2021.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana, 2010.

POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. Coleção Antônio de Morais Silva; v. 10. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011 [1914].

POMBO, Rocha. **Nossa Pátria**. 85ª ed. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1967 [1917].

TEIXEIRA, Anísio. Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia. Salvador: **Imprensa Oficial do Estado da Bahia**, 1925.

TEIXEIRA, Anísio. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, **Imprensa Oficial do Estado da Bahia**, 1928.